

Quarta-feira, 3 de Dezembro de 2008 - Bruxelas

Exportação de armas (código de conduta) (debate)

Ana Maria Gomes, em nome do Grupo PSE . - Senhor Presidente, a resolução que hoje debatemos demonstra que existe consenso, neste Parlamento, sobre qual deve ser a política de exportação de armamento dos países membros da União Europeia. Os seis maiores grupos políticos estão unidos na defesa de uma só lista de critérios juridicamente vinculativos para a exportação europeia de armamento: os oito critérios do Código de Conduta.

Todos concordam em apelar à Presidência francesa para que resolva o impasse que existe há três anos e que só a França pode resolver. Ouvimos o Senhor Jouyet dizer há pouco que a França é agora a favor de um Código de Conduta juridicamente vinculativo. Ouvimos do Ministro da Defesa francês, ontem, na Comissão de Negócios Estrangeiros, que uma proposta recente do seu país de transformar o Código de Conduta em posição comum tinha esbarrado na falta de consenso no Conselho. O que o Ministro não referiu foi que a proposta francesa veio ligada ao levantamento do embargo de armas à China - e foi isto que levou à rejeição da proposta francesa por vários Estados-Membros. A confirmar-se esta estratégia, este assunto vai representar uma mancha negra numa agenda de segurança e defesa da Presidência francesa, que, de resto, se distingue pela ambição e pelo dinamismo europeísta.

Perante a crescente integração europeia na área da política externa, cada vez menos se justifica a política do "cada um por si" na área da exportação de armamento. É verdade que o Código de Conduta já é levado a sério em muitas capitais, mas temos de pôr fim a uma situação em que os países europeus, que sistematicamente guiam as suas exportações pelos critérios dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável e estabilidade regional, se vêem em desvantagem em relação aos seus pares que aplicam estes mesmos critérios de forma selectiva.

As Presidências europeias passam, a necessidade de a Europa se munir de critérios comuns para a exportação de armamento fica, como fica, também, a posição coerente deste Parlamento a favor de uma posição comum.